****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 195, Ano 66 Quinta-feira**

**07 de Outubro de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**LEIS**

**LEI Nº 17.671, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 249/21, DOS VEREADORES JOÃO JORGE – PSDB E XEXÉU TRIPOLI**

**- PSDB)**

Altera a denominação da Avenida Auro Soares de Moura Andrade, que passa a ser denominada Avenida Mário de Andrade, e dá outras providências.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Avenida Auro Soares de Moura Andrade, que se inicia e termina entre a Avenida Francisco Matarazzo e a Avenida Pacaembu, passando a denominar-se Avenida Mário de Andrade, em continuação da via de mesmo nome que hoje se inicia e se encerra entre a Avenida Pacaembu e a Avenida General Olímpio da Silveira.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 6 de outubro de 2021.

**LEI Nº 17.672, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021**

**(PROJETO DE LEI Nº 658/20, DO VEREADOR**

**AURÉLIO NOMURA - PSDB)**

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Cultura

Geek.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 1º de setembro de 2021, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido inciso ao art. 7º da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a seguinte redação:

“Art. 7º.........................................................................

..................

.....................................................................................

...................

- 25 de maio: Dia da Cultura Geek, a ser comemorado com eventos culturais e festivais no segmento Cosplay, Moda Kawaii, J-Fashion, Lolita, Visual-Kei, Gamers, Colecionadores, Animes, Grupo Star Wars, Tokusatsu, e outros.” (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 6 de outubro de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 6 de outubro de 2021.

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.630, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 1.040.000,00 de acordo com a Lei nº

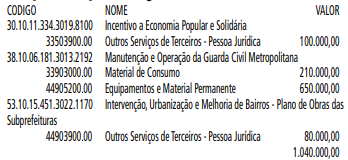
17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e do Fundo Municipal de Saúde,

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 1.040.000,00

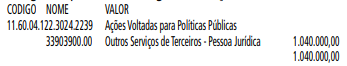
(um milhão e quarenta mil reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º

far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial,

em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 6 de outubro de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 6 de outubro de 2021.

**DESPACHOS DO PREFEITO**

**6029.2019/0003798-4** NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS

PARA ESCRTÓRIOS EIRELI, CNPJ sob nº 24.564.257/0001-34 -

Adv. Luís Aragão Farias de Sousa OAB/SP-234.715 - I – À vista dos elementos contidos no Processo SEI 6029.2019/0003798-4, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica deste Gabinete, que adoto como razão de decidir, DOU PROVIMENTO ao recurso interposto por NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRTÓRIOS EIRELI., reformando-se a decisão doc. 042162322 proferida pela Sra. Secretária Municipal de Segurança Urbana, publicada em 15/04/2021, para excluir a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de 06 (seis) meses, mantida, no mais, em seus demais termos. -

II – Declaro encerrada a instância administrativa.

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/0001344-3**

I - À vista dos elementos contidos no presente SEI n. 6064.2021/0001344-3, em especial as manifestações do Departamento de Mercado de Trabalho, Supervisão de Execução

Orçamentária e Financeira e Departamento de Administração e Finanças desta Pasta, **AUTORIZO**, com base na delegação de competência promovida pela Portaria n. 38/2013 - SDTE, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, que sejam adotadas as providências contábeis para o efetivo pagamento de reembolso à **OLÍMPIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A**., inscrita no CNPJ n. 21.860.453/0001-68??, referente ao DARE-SP, Taxa de Formulário de Atendimento Técnico - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, pago em 20/08/2021, no valor de R$ 34,91 (trinta e quatro reais e noventa e um centavos), conforme disposto na Cláusula Sexta do contrato de Locação 004/2017/SMTE (052111462).

II - AUTORIZO, em consequência, a emissão da competente Nota de Empenho e respectiva liquidação, no valor total da despesa, onerando a dotação n. 30.10.11.122.3024.2.100.3.3.9 0.39.00.00, do orçamento vigente.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**GABINETE DIRETOR GERAL**

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2019/0000379-1**

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 26 (vinte e seis) máquinas de costura, incluindo limpeza, conserto e substituição de peças externas ou internas e insumos no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes. Aditivo 02 ao Contrato nº 22/FPTEC/19. Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos do presente, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica no Parecer FUNDATEC/AJ (SEI nº 053049130), com fulcro na Lei Federal 8.666/93, artigo 57, inciso II, Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal 44.279/2003, AUTORIZO a prorrogação com CLÁUSULA RESOLUTIVA, do Termo de Contrato Contrato nº 22/ FPTEC/19, celebrado com a empresa JOSUE MARTINS JOANETE 04661527879, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.734.859/0001- 43, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 21/10/2021, que tem como objeto a contratação de empresa e especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 26 (vinte e seis) máquinas de costura, incluindo limpeza, conserto e substituição de peças externas ou internas e insumos no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, pelo valor global estimado de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

II- Em consequência, fica autorizada a emissão da respectiva nota de empenho, onerando a dotação 80.10.12.363.301 9.2.8813.3.90.39.0000 no valor de estimado de R$ 7.000,00 (sete mil reais) do presente exercício. Para o próximo exercício, deverá ser onerada dotação própria.

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2021/0000703-0**

ASSUNTO: Aquisição de compressor R22 24k 220v rotativo

- compatível com o aparelho LG STU244FLA 24.000 BTUS fluido

R22 – 220V, para Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. Dispensa de licitação.

Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico- -Jurídica desta Fundação (SEI 053048212) e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, a empresa: EMBRAR - EQUIPAMENTOS E COMPONENTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.343.938/0001-00, pela aquisição de compressor R22 24k 220v rotativo - compatível com o aparelho LG STU244FLA 24.000 BTUS fluido R22 – 220V, para Escola Municipal de

Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. Pelo valor global estimado de R$ 900,00 (novecentos reais).

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas notas de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2.8813.3.90.30.0006. Informo ainda, havendo saldo da reserva poderá ser cancelado.

III – Fica indicado como fiscal o servidor Sr. Thiago Possato Medeiros RF: 853.407-1 e como Suplente, o Sr. Daniel Gonçalves RF: 847.278-5.

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2021/0000295-0**

ASSUNTO: Aquisição dos equipamentos de laboratório para a Unidade Escola Makiguti Leste. Dispensa de licitação.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes da Lei n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 053047327) e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, as empresas: Sergio Domingues & Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 30.996.156/0001-35, pela aquisição de Encapsuladora nº 0 - 100 furos profissional / 08 UNID, pelo valor unitário de R$ 206,00 (duzentos e seis reais), perfazendo o total de R$ 1.648,00 (um mil seiscentos e quarenta e oito reais); a empresa Debora Cristina Almeida Silva 34338514841, inscrita no CNPJ sob o nº 36.843.943/0001-23, pela aquisição de Inalador Nebulizador ultrassônico / 01 UNID., pelo valor total de R$ 314,56 (trezentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos); a empresa Biochemlab - Produtos e Serviços Tecnológicos Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 38.924.186/0001-48, pela aquisição de Microscópios Biológico Binocular / 04 UNID., pelo valor unitário de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), totalizando R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). O valor total de todas as contratações é de R$ 9.162,56 (nove mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

II- Ainda, declaro FRACASSADO a aquisição do Item 02 - Umidificador de ar / 04 UNID, haja vista que nenhuma empresa ofertou o valor dentro do referencial.

III – Em consequência, fica autorizada as emissões das respectivas notas de empenho, liquidação e pagamento, onerando as dotações 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.00 e 80.

10.12.363.3019.2.881.4.4.90.52.00.00 do presente exercício.

Informo ainda, havendo saldo da reserva poderá ser cancelado.

IV – Fica indicado como fiscal o servidor Sr. Thiago Possato Medeiros RF: 853.407-1 e como Suplente: o Sr. Pedro Leon Brito Aguilar Peres RF: 853.405-5.

**DESPACHO AUTORIZATÓRIO**

**SEI nº8110.2020/0000292-4**

ASSUNTO: Aquisição de óculos de proteção individual para os alunos dos cursos de Análises Clínicas, Farmácia, Hemoterapia e Saúde Bucal da Escola Makiguti Leste e para os alunos dos Cursos Técnicos Ofertados por meio do Pronatec da Escola Makiguti Norte I. Dispensa de licitação.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003 e Decreto Municipal n° 54.102/2013, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 052325872) e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, pelo menor valor, da empresa JTH COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº:30.680.100/0001-77, pela aquisição de óculos de proteção individual para os alunos dos cursos de Análises Clínicas, Farmácia, Hemoterapia e Saúde Bucal da Escola

Makiguti Leste e para os alunos dos Cursos Técnicos Ofertados por meio do Pronatec da Escola Makiguti Norte I, pelo valor total de R$ 307,83 (trezentos e sete reais e oitenta e três centavos), sendo 13 (treze) unidades para a Escola Makiguti Leste, no valor de R$ 43,03 (quarenta e três reais e três centavos), e 80 (oitenta) unidades para a Escola Makiguti Norte, no valor de R$ 264,80 (duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

II – Em consequência, fica autorizada a emissão da respectiva nota de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.02 e 80.10.12.

363.3019.2.881.3.3.90.30.00.00 do presente exercício. Informo ainda, havendo saldo da reserva poderá ser cancelado.

III - O fiscal de contrato para Makiguti- Leste será o servidor Sr. Thiago Possato Medeiros RF: 853.407-1 e como Suplente, o Sr. Daniel Gonçalves RF: 847.278-5, o fiscal de contrato para Makiguti- Norte será o servidor o Sr. Fábio França Coutinho – RF nº 883.148-3 e como suplente a Sra. Ellen Cristina Santana Dias Thomas - RF: 883246-3.

**FAZENDA**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**ORDEM INTERNA SF/COTEC Nº 04/2021, DE 06 DE OUTUBRO DE 2021.**

**ORÇAMENTO CIDADÃO – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2022 – ANÁLISES DE VIABILIDADE – MOTIVOS DE CONSIDERAÇÃO OU DESCONSIDERAÇÃO DAS PROPOSTAS ELEITAS**

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos do art. 5º da Lei nº 17.595/2021, TORNA PÚBLICOS os motivos de consideração ou desconsideração das 162 (cento e sessenta e duas) propostas eleitas pelos munícipes para a região de cada Subprefeitura durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022. O conteúdo das análises de viabilidade está encartado no Volume 8 do Projeto de Lei nº 669/2021 e disponível no Portal do Orçamento Público Municipal, no endereço http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/ - Exercício 2022, e no Portal Participe Mais, da Secretaria do Governo Municipal, no endereço <http://participemais.prefeitura.sp.gov>. br/ - Orçamento Cidadão.

**Código da Proposta: 2107**

Título: Projeto para profissionalização dos catadores de materiais recicláveis

Subprefeitura: Mooca

Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Viabilidade geral: Viável

Viabilidade técnica: Viável. A proposta tecnicamente demonstra viabilidade e impacto social de grande relevância, entretanto, para sua execução é necessário a integração de diversas pastas para a sua implementação. Podendo o projeto ser desenvolvido projeto no âmbito do Programa Operação

Trabalho, em ações de qualificação profissional e frentes de trabalho voltadas ao eixo de sustentabilidade e meio ambiente na Cidade de São Paulo. Conjuntamente com as demais pastas indicadas e de competência compartilhada para sua viabilidade.

Proposta de Inserção de 100 beneficiários em projeto com carga horária diária de 4 horas e 20 horas semanais e bolsa auxilio.

Viabilidade jurídica: Não definida.

Viabilidade orçamentária: Viável. Poderá ser atendidas na dotação orçamentária nº 30.10.11.333.3019.4432.3390480

0.00 - Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores, constante da PLOA/2022.

Compromisso, se aplicável, e justificativa: Desenvolver projeto no âmbito do Programa Operação Trabalho, em ações de qualificação profissional e frentes de trabalho voltadas ao eixo de sustentabilidade e meio ambiente na Cidade de São Paulo. Conjuntamente com as demais pastas indicadas e de competência compartilhada para sua viabilidade. Proposta de Inserção de 100 beneficiários em projeto com carga horária diária de 4 horas e 20 horas semanais e bolsa auxilio. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 8 Programa de Metas

- Meta 57.

**Código da Proposta: 2189**

Título: Criar parcerias para inserção de pessoas em situação de rua em negócios sociais

Subprefeitura: Pinheiros

Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Viabilidade geral: Inviável

Viabilidade técnica: Inviável. Neste momento, esta proposta é inviável uma vez que os programas relacionados à agricultura urbana e periurbana ainda não foram implantados no município em decorrência da pandemia e as cozinhas comunitárias também foram fechadas e não seria possível assumir compromissos de inserção sem avaliação prévia dos equipamentos.

Viabilidade jurídica: Não definida.

Viabilidade orçamentária: Não definida.

Compromisso, se aplicável, e justificativa: Não aplicável. Neste momento, esta proposta é inviável uma vez que os programas relacionados à agricultura urbana e periurbana ainda não foram implantados no município em decorrência da pandemia e as cozinhas comunitárias também foram fechadas e não seria possível assumir compromissos de inserção sem avaliação prévia dos equipamentos.

**Código da Proposta: 2500**

Título: Implantação de Escola Técnica com foco na Saúde e Informática em local sugerido

Subprefeitura: Jabaquara

Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Viabilidade geral: Inviável

Viabilidade técnica: Viável. Considerando que a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura tem por finalidade promover o desenvolvimento e a manutenção do ensino técnico, o acesso e apoio à cultura, ao desenvolvimento tecnológico, social, cultural, territorial econômico solidário, à pesquisa aplicada e à prestação de serviços de assessoria e consultoria a órgãos públicos e privados nas áreas de sua atuação, para atendimento às demandas da população, em sintonia com as políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento metropolitano; Considerando a Política Municipal de Qualificação Profissional, instituída por meio do Decreto nº 58.732, de 29 de abril de 2019 que atribui à Fundação Paulistana de

Educação, Tecnologia e Cultura, nos termos da Lei nº 16.115, de 9 de janeiro de 2015, a execução das ações de qualificação profissional no Município previstas pela PMQP. Considerando o DECRETO Nº 56.507, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015 que aprova o estatuto da Fundação Paulistana, mais especificamente o Parágrafo único do Capítulo II- Das finalidades “A Fundação será mantenedora de unidades de ensino técnico, pesquisa, cultura e extensão criadas pelo Poder Público Municipal “. Considerando que a Fundação Paulistana já possui uma Escola Técnica com foco em Saúde, localizada na Cidade Tiradentes com Núcleo descentralizado em Santana. A proposta apresentada apresenta sinergia com a missão institucional e a atuação desta

Fundação. Vale ressaltar que a atual escola apresenta um custo aproximado de R$ 5.700.000,00/ano com pessoal+ auxilio e

R$ 3.500.000,00 de custeio e insumos, atendendo aproximadamente 1.600 alunos simultaneamente. Este cenário, somado ao fato da não solicitação orçamentária para 2022 pela Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Cultura para realização de obras de construção, aponta a necessidade de uma mais detalhada análise da viabilidade considerando o impacto orçamentário do projeto apresentado.

Viabilidade jurídica: Não definida.

Viabilidade orçamentária: Inviável. Consideradas as prioridades sinalizadas pelas áreas técnicas e dados os limites orçamentários para o exercício de 2022, a proposta mostra-se inviável, do ponto de vista orçamentário, para este exercício.

Compromisso, se aplicável, e justificativa: Não aplicável. Consideradas as prioridades sinalizadas pelas áreas técnicas e dados os limites orçamentários para o exercício de 2022, a proposta mostra-se inviável, do ponto de vista orçamentário, para este exercício.

**Código da Proposta: 2535**

Título: Ampliar a rede de sacolões municipais e o Programa de Combate ao desperdício

Subprefeitura: M'Boi Mirim

Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Viabilidade geral: Viável

Viabilidade técnica: Viável. A ampliação da rede de sacolões municipais é de responsabilidade da SMSUB. O Programa de Combate ao desperdício já está em andamento, com metas de ampliação. A subprefeitura de M’Boi Mirim ainda não tem nenhuma feira livre atendida pelo Programa, mas será contemplada nessa ampliação, que é vinculada a ampliação do Programa Operação Trabalho.

Viabilidade jurídica: Não definida.

Viabilidade orçamentária: Viável. Poderá ser atendidas na dotação orçamentária nº 30.10.11.333.3019.4432.3390480 0.00 - Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores, constante da PLOA/2022.

Compromisso, se aplicável, e justificativa: O Programa de Combate ao desperdício já está em andamento, com metas de ampliação. A subprefeitura de M’Boi Mirim ainda não tem nenhuma feira livre atendida pelo Programa, mas será contemplada nessa ampliação, que é vinculada a ampliação do Programa Operação Trabalho. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1, 2, 8 Programa de Metas - Meta 1.

**Código da Proposta: 2712**

Título: Compostagem em cada subprefeitura; Reformulação Programa Hortas e Viveiros

Subprefeitura: Guaianases

Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Viabilidade geral: Viável

Viabilidade técnica: Viável. A implantação de infraestrutura para compostagem em cada subprefeitura é de responsabilidade da SMSUB. Em conjunto com a Coordenadoria do Trabalho (CT), que é responsável pelo Programa Operação Trabalho (POT), o Programa Hortas e Viveiros da comunidade de fato precisou ser reduzido em 2020, considerando todas as dificuldades ocasionadas pela situação da pandemia. No entanto, como proposto pelo munícipe, ele está em reformulação e será utilizado como uma das estratégias para o cumprimento da meta de estruturar 400 hortas urbanas no Município, conforme pactuado no Programa de Metas 2021-24.

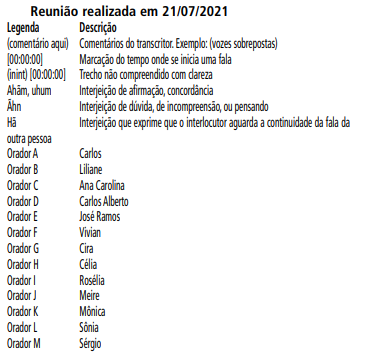
Viabilidade jurídica: Não definida.

Viabilidade orçamentária: Viável. Poderá ser atendidas na dotação orçamentária nº 30.10.11.333.3019.4432.3390480 0.00 - Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores, constante da PLOA/2022.

Compromisso, se aplicável, e justificativa: O Programa POT Hortas e Viveiros será reformulado e será utilizado como uma das estratégias para o cumprimento da meta de estruturar 400 hortas urbanas no Município, conforme pactuado no Programa de Metas 2021-24. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 8, 15 Programa de Metas - Meta 61.

**DEPTO DE PARTICIPAÇÃO E FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ATA DA 233º REUNIAO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES**

****

Início da Transcrição [00:00:01]

Orador A: Parágrafo 2° do Artigo 8° do Regimento Interno.

Resolução de número 140, CADES 2011, que se realiza na data de hoje, 21 de julho de 2021, quarta-feira, às 10h15min, de forma virtual, pela plataforma Microsoft Teams. Nessa oportunidade, gostaria de apresentar a nossa nova coordenadora geral do CADES, a senhora Liliane Neiva Arruda Lima, que irá nos auxiliar no planejamento, controle e execução das atividades do CADES. Dessa forma, dou minhas boas-vindas à nossa coordenadora, para quem passo, nesse ato, a palavra para darmos início ao expediente do dia. Muito obrigado e boa reunião a todos nós.

Orador B: Obrigado, secretário Carlos. Agradeço a oportunidade de ser a nova coordenadora do CADES. Estou aqui para dar continuidade, no lugar do Devali e estamos à disposição de vocês. À disposição, poder ajudar cada um de vocês. Qualquer dúvida também que tiver, só encaminhar um e-mail para mim.

Dessa forma, vamos iniciar a reunião, passando para o expediente. Aprovação da ata da 231ª reunião ordinária do CADES.

Dessa forma, colocamos em votação a aprovação do referido item: os conselheiros e conselheiras que concordarem com a aprovação desta ata, permaneçam como estão os que discordarem, por favor, levantem a mão. Está unânime, não é? Então, foi aprovada por unanimidade a ata de hoje. Então, passamos para o primeiro ponto do expediente. A apresentação do projeto de construção e publicação da agenda 2030, pela senhora Ana Carolina de Marco, representante da Secretaria de Governo Municipal SGM. Passo, então, a palavra para a senhora Ana Carolina Marques para começar a apresentação.

Orador C: Olá, bom dia a todos. Escutam-me?

Orador B: Bom dia, sim. Escutamos você bem.

Orador A: Sim.

Orador C: Muito obrigado, secretário. Muita obrigada,

Liliane, pelo convite.

Orador B: Obrigada, seja bem-vinda.

Orador C: Eu vou compartilhar a minha tela.

Orador B: Tudo bem, pode começar.

Orador C: Vocês conseguem ver?

Orador B: Sim.

Orador A: Sim.

Orador C: Certo. Bom, então, acho que, primeiro de tudo, agradecer ao convite, o interesse por ceder um tempo da reunião de vocês para apresentação da Agenda Municipal de

2030. Eu não sou representante de governo, oficialmente, no conselho, mas a Gabriela e a Marina me estenderam o convite para apresentar para vocês o que nós fizemos, ao longo dos últimos anos e o que é, efetivamente, este documento. A Agenda Municipal 2030 foi lançada, publicamente, em maio deste ano.

Houve um evento solene, no início da semana passada, com participação do prefeito, para publicação externa. Então, o que eu vou trazer aqui para vocês é a apresentação que já foi feita pela secretária executiva Vivian Satiro e trazer algum histórico a mais, complementar, e me colocar à disposição para dúvidas, para nós conversamos, uma vez que a Convenção Municipal dessa também tem uma interface com o CADES. Do ponto de vista da legislação, a Agenda Municipal de Desenvolvimento Sustentável, ela se tornou obrigatória a partir da publicação da Lei 16817, em 2018. Então, apesar de a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU já ter sido publicada em 2015, a prefeitura já ter iniciado àquele tempo, esforços para implementação do compromisso, a agenda 2030 virou diretriz das políticas públicas municipais, oficiais, em 2018. Para nós, é um grande marco, porque nos colocou a obrigação de coordenar esses esforços frente à implementação e monitorá-los de forma estruturada. Então, a sanção da Lei, para nós, é um grande marco para o avanço da política. A partir disso, então, estabelecido o programa de implementação da Agenda Municipal 2030 no município, foi publicado o decreto municipal em 2019, regulamentando a Comissão Municipal. Já havia sido feito um esforço anterior, em 2017, de instituição dessa comissão municipal em função da iniciativa do legislativo de publicação da Lei. Esse esforço foi paralisado e foi reiniciado em 2019, com o resgate do processo seletivo e a reconvocação das instituições para candidatura. Com essa publicação, com essa regulamentação, nós tivemos o nosso marco normativo melhor estruturado para dar início, efetivamente, das atividades dessa comissão municipal, que é composta por membros da sociedade civil de forma paritária, assim como o conselho. É importante também trazer que a regulamentação dessa comissão também se espelhou no CADES. Então, eu acho que desde o processo seletivo, nós tivemos um diálogo bastante próximo, tanto com a equipe que cuida da coordenação, aqui do CADES, mas também, de forma geral, nós tentamos trazer a experiência já acumulada nesse conselho para a comissão municipal. Eu destaco também o decreto que foi publicado no início deste ano, em abril de 2021, que mudou um pouco a governança da comissão municipal. Ela, desde o início, tinha secretaria executiva na figura da secretaria do Verde e Meio Ambiente e a presidência na figura da secretaria de Governo, a partir de abril deste ano, esta governança foi complementada com a instituição da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, que acabou assumindo a presidência e o governo ficou com a diretoria executiva e o Verde manteve a figura da secretaria executiva. Então, é importante também nós trazermos esse arranjo, porque a governança compartilhada, para nós, é decisiva, tanto para o sucesso da agenda, para implementação dela, mas também, para que nós façamos com que os instrumentos convirjam para um fim único, uma vez que a agenda é tão transversal e ela dialoga de uma forma bastante integral com os outros instrumentos de planejamento que a prefeitura já tem ou está em planejamento. Em relação ao histórico, então, o que foi feito desde o início do processo, a partir da sanção da Lei 2018, foi criado um grupo de trabalho secretarial em conjunto com o grupo de trabalho de indicadores já existente, do Comitê Observa Sampa, para entender, dentro do rol de informações e indicadores que a Prefeitura já produzia, aqueles que tinham um diálogo direto com a Agenda Municipal 2030 e que poderiam nos apoiar nesse processo de diagnosticar em que estágio o município estaria em relação ao compromisso. Nós tivemos também o incentivo, que é a participação do município de São Paulo no programa cidades sustentáveis, da rede Nossa São Paulo, que nos colocou a obrigatoriedade de atualizar as nossas informações na plataforma da Rede Nossa São Paulo e esse foi um estímulo importante também para que esse grupo de trabalho começasse a se reunir e levantar esse rol de indicadores já existentes. Então, o grupo foi criado em agosto de 2019, antes mesmo da instituição da Comissão Municipal, e ele é composto por 26 órgãos municipais. Ele chegou a trabalhar por nove meses, nessas reuniões de diagnóstico, e publicou, então, em julho do ano passado, o diagnóstico de indicadores de monitoramento dos ODS's, que foi o principal documento que norteou o trabalho da Comissão Municipal, a partir do momento que ela foi instituída. Então, eu trago essa etapa porque ela é decisiva, uma vez que o compromisso é tão extenso, e uma vez que ele abarca tantas áreas da prefeitura, foi decisivo esse esforço inicial de levantamento e diagnóstico, tanto para preparar as equipes técnicas para entender a responsabilidade, para propor recortes em relação à responsabilidade, como também para subsidiar a comissão, para que ela focar na elaboração da Agenda Municipal 2030 a partir deste subsídio. Então, é um documento que foi disponibilizado também ao longo do ano passado e ele se encontra no site do Participe Mais, mas também no site da Secretaria do Verde. Em relação ao processo de instituição da comissão, propriamente dita...

Orador B: Dá licença. Eu acho que você está passando os slides, mas não está passando para nós.

Orador C: Nossa, só um segundinho.

Orador D: Eu ia falar isso agora.

Orador B: Continua na capa, assim. Não sei.

Orador C: Eu vou reprojetar, então. Que bom que vocês me avisaram. Vocês conseguem ver o slide agora?

Orador E: Sim, agora, sim. Por favor, passa o slide devagar para não travar.

Orador C: Claro.

Orador E: Está bom? Obrigado.

Orador C: Imagina. Obrigada vocês. Se tiver mais um erro, avisem-me e eu volto. Então, só apresentando, essas são as leis que eu estava descrevendo. Eu posso, depois eu coloco no chat.

Na verdade, eu acho que o chat não está habilitado. Depois, nós enviamos para vocês por e-mail o link onde vocês podem encontrar essa legislação também. Então, em relação ao diagnóstico, essa é a cara do documento, que eu mencionei, que está publicado no site do Participe Mais, mas também pode ser acessado pelo site da secretaria do Verde e Meio Ambiente. E aí, eu estava entrando na apresentação do processo seletivo da

Comissão Municipal em si. A habilitação das instituições se deu de forma que a prefeitura pudesse identificar quais aquelas organizações que já tinham um trabalho anterior, com o [inint] [00:11:01], que entendiam o que é essa agenda, que estavam comprometidos com a implementação do compromisso, mas a seleção, em si, delas, na verdade, foi feita por meio de uma votação entre pares. Então, na verdade, o processo nosso foi mais de habilitação e nós abrimos essa oportunidade das instituições habilitadas de se votarem, para que nós tivéssemos uma efetiva representatividade das instituições a comporem a comissão. A comissão municipal é composta por 16 cadeiras, oito cadeiras de governo, oito cadeiras da sociedade civil, e a respeito do CADES, nós nos comprometemos a fazer um processo seletivo, onde 16 instituições tivessem espaço. Então, o suplente, seriam oito titulares. Com isso, nós ampliamos também a possibilidade de troca e de formação de rede por meio do envolvimento da sociedade civil. Diferente do processo que foi feito a nível estadual e a nível federal, no nosso caso, nós submetemos as instituições a uma candidatura. Então, no governo estadual e no governo federal, foi feita uma seleção por parte do governo.

Então, eles convidaram as instituições para participarem. No nosso caso, nós abrimos o processo por meio de processo seletivo. Então, quem tivesse interesse de compor essa comissão, teve essa oportunidade. Importante também destacar que nós nos atentamos ao decreto municipal de paridade de gênero, que os conselhos precisam se adequar. Enfim, a Comissão foi empossada em julho do ano passado e, oficialmente, no início de agosto, quando nós tivemos o nosso evento de lançamento do primeiro relatório voluntário local de São Paulo à ONU e, com isso, a comissão também foi empossada, oficialmente.

Mais informações também estão disponíveis no site da secretaria do Verde, em relação à cada etapa do processo, ao edital, enfim. Vocês podem ter mais informações detalhadas. Em relação à Agenda Municipal, efetivamente, que foi o principal compromisso elaborado ao longo do ano passado, pela Comissão.

Então, em posse do diagnóstico, em posse daquele conjunto de indicadores, a Comissão municipal se estruturou de forma a debater, com profundidade, cada uma daquelas metas, cada um daqueles indicadores que tinham sido levantados na forma das câmaras temáticas. Então, foram criadas sete câmaras temáticas, compostas também por membros da sociedade civil e membros de governo, de forma paritária. O envolvimento foi de mais de 120 pessoas engajadas, oficialmente, nesse debate.

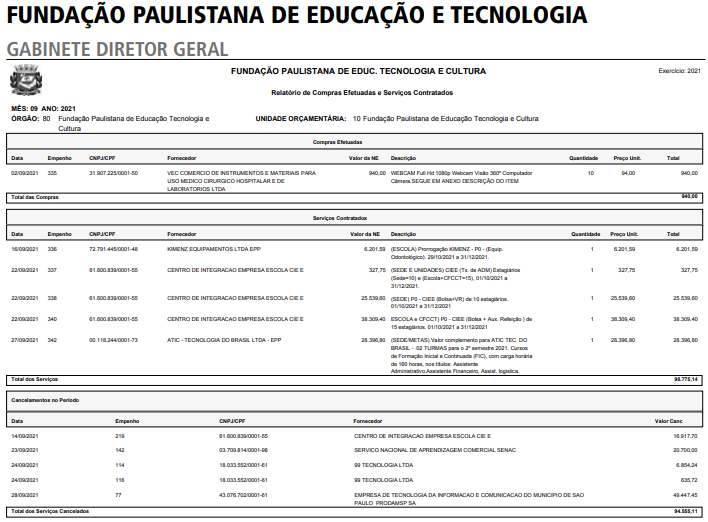
Cada Câmara temática foi empossada de um conjunto de metas e indicadores da agenda. Então, a agenda 2030 é composta por 169 metas da ONU. Essas câmaras temáticas se juntaram para discutirem um rol de nove a 20, nove a 30 metas, cada câmara temática. E propõe um recorte, então, a municipalização do compromisso internacional para o contexto de São Paulo. Então, como é um compromisso assumido, na verdade, pelo Governo

Brasileiro, frente à Assembleia da ONU, é importante que nós fizéssemos esse esforço de entender, desse compromisso internacional, o que faz sentido para o contexto específico da cidade de São Paulo. E aí, adaptar a partir das políticas que nós já temos ou aquelas que nós precisamos desenvolver. Então, o exercício de municipalização, ou seja, de localização da responsabilidade, a partir do nosso contexto específico, é decisivo para que nós entendamos, especificamente, onde nós precisamos chegar, em 2030, o que precisa ser feito até lá. Então, esse foi o trabalho das câmaras temáticas, foi um total de mais de 90 reuniões, mais de 200 horas de trabalho. Nós trazemos esses números só porque, realmente, é importante dar a dimensão do que foi isso, do que foi esse exercício de adaptação ao longo dos seis meses finais de 2020 e cada uma dessas câmaras temáticas foi coordenada por uma secretaria que tem assento na comissão. Então, Governo, Verde, Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbano, Urbanismo e Licenciamento, Assistência Social, **Desenvolvimento Econômico e Trabalho**... Estou esquecendo de uma, já lembro. Mas, cada uma dessas sete câmaras temáticas foi coordenada por uma secretaria e esse arranjo foi feito de forma que nós tivéssemos uma entrada mais fácil nos órgãos e que os órgãos pudessem, efetivamente, participar desse debate de uma forma um pouco mais transversal e compartilhada. Então, ao todo, nós municipalizamos 135 metas, das 169 da ONU, e esse conjunto de 135 metas está sendo, vai ser monitorado por um conjunto de 545 indicadores. Então, todos esses indicadores ou já existiam, já estavam sendo monitorados no Observa Sampa, ou foram incluídos a partir de instrumentos de planejamento que estão em elaboração, que estavam em elaboração,ao longo do ano passado, ou a partir de dados administrativos já monitorados por cada uma das pastas, que foram entendidos como necessários para se tornarem um indicador. Então, a ideia é que nós trabalhemos com as informações que a Prefeitura já produz e utilize e as comunique de uma forma que faça sentido para monitorar cada um desses 135 compromissos. Esses indicadores serão atualizados no Observa Sampa, nós estamos no processo de atualizar as fichas dessas informações e submetê-las no site e, em breve, vocês vão poder acessar também a informação por meio da plataforma do Observa. O que, efetivamente, é o documento? Acho que é importante essa explicação para facilitar até a apropriação do conteúdo, que é extenso e bastante específico. O documento traz, então, o texto da meta global, assim como pactuada na Assembleia da ONU, embaixo, a meta municipal, assim como proposta pela Comissão Municipal e publicada no documento. Embaixo, nós temos uma breve exceção de contextualização, que explica o recorte que foi feito, quais são as políticas que a prefeitura já implementa naquele tema. Em seguida, o indicador que foi selecionado ou os indicadores. Muitas metas têm mais de um indicador, o desempenho dele desde 2015 até 2019, que foi o ano de referência que nós tínhamos para produzir o material. A partir disso, vocês vão poder identificar também que cada [inint] [00:18:21] tem uma [inint] [00:18:22]. Então, uma vez que a meta municipal, o texto da meta municipal, muitas vezes, ele se aproxima muito mais de uma diretriz do que, efetivamente, de uma meta, e aí, isso é uma especificidade metodológica da ONU, que por mais que eles chamarem de meta, muitas das metas, na verdade, são objetivos, são diretrizes estratégicas, foi importante para nós, também, definirmos metas numéricas para os indicadores que nós tínhamos condição de fazer isso. Até para entender o que nós precisamos, onde nós precisamos chegar em cada um desses indicadores. Em alguns casos, nós conseguimos estabelecer um parâmetro numérico. Em outros casos, não fazia sentido e o que foi definido foi uma tendência. Então, se nós queremos ampliar, se nós queremos reduzir, se nós queremos monitorar, se nós queremos manter aquele desempenho ao longo dos próximos 10 anos. Por fim, uma sessão que, para nós, é muito importante, que é a sessão de registro dos desafios remanescentes.

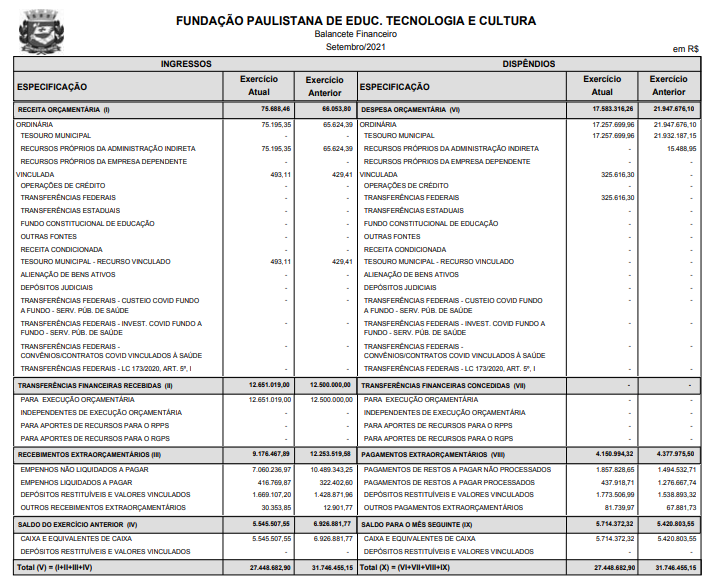
Então, quais são as ações que a prefeitura e, na verdade, o município, em conjunto com os demais setores, precisa avançar para que aquele compromisso seja, efetivamente, implementado nos próximos 10 anos? E aí, o objetivo dessa sessão é registrar a discussão que foi feita nas câmaras temáticas e subsidiar o processo de elaboração do plano de implementação, efetivamente, do compromisso, eu já vou falar daqui a pouco. Só para destacar, muitos de vocês já estão acostumados com a plataforma, mas eu acho que é importante sempre divulgá-la. O Observa Sampa é o nosso site oficial da prefeitura, observatório e indicadores da cidade. É importante divulgar, anualmente, os nossos indicadores nesse site para que ele, efetivamente, seja fortalecido, ele já tenha um papel importante no monitoramento de um quadro extenso de indicadores. Então, a ideia de centralizar o monitoramento nessa plataforma é, justamente, fortalecer a política que já está em andamento nos últimos anos e não sobrepor outras plataformas em cima dessa, eu acho que dificulta, também, o acesso à informação. Então, é importante que nós centralizemos em um único canal. A partir do início deste ano, foi instituída a Secretaria Executiva de Planejamento

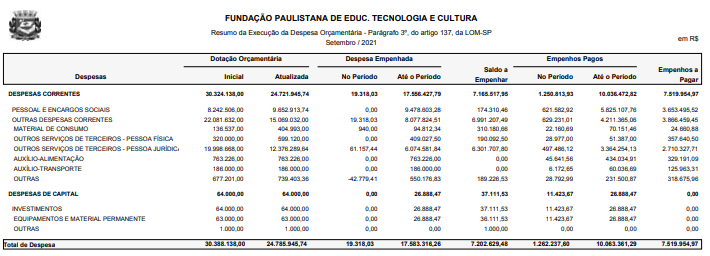
e Entregas Prioritárias. Essa secretaria executiva recebeu como tarefa a elaboração do programa de metas e do Plano Plurianual e também a Agenda Municipal 2030. Então, eu trago esse quadro porque é importante, para visualizar que, na verdade, a Agenda Municipal 2030 é o grande marco, é o grande compromisso de impacto e resultado que a prefeitura assumiu a implementar nos próximos 10 anos. A partir dela, os instrumentos de curto e médio prazo, eles estão recebendo subsídios e eles precisam ser integrados para que, efetivamente, as coisas dialoguem. Então, ela está sendo entendida como o grande compromisso de impacto do município, até 2030. A partir disso, esteve em elaboração o programa de metas, foi publicado, agora, em junho, a versão participativa, pós consulta pública, pós audiências públicas com as entregas prioritárias da gestão até 2124 e se está em elaboração o PPA, todos sabem. Ambos instrumentos tiveram como subsídio inicial os indicadores que foram propostos pela comissão no ano de 2020. Então, é importante também ter essa dimensão de que, apesar de a temporalidade ser variada, em razão a esses instrumentos, os esforços da Secretaria Executiva de Planejamento é que esses instrumentos todos dialoguem e caminhem para um fim único. Então, nesse esforço de convergência, em 2021, a CPP está coordenando, na verdade, subsidiando o trabalho de elaboração do plano de ação para implementação da Agenda Municipal 2030.

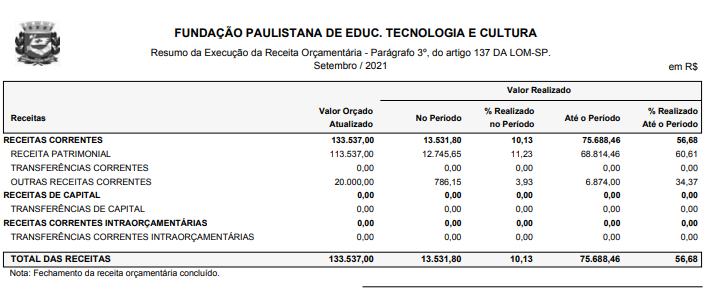
**EDITAIS PAG. 61**

****









**EXTRATO TERMO DE CONTRATO - Nº**

**004/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 8110.2021/0000626-3

ORIGEM: EDITAL Nº 02/2020

CONTRATANTE: Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura

CONTRATADO(A): Thais Aparecida Pereira

OBJETO: Oficina Modular de Qualificação Profissional na

temática de Habilidades e Comunicação para o Sucesso Profissional e Currículo e Processo Seletivo.

VALOR: R$ 45,00 por hora/aula.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.10.12.363.3019.2416.339

0.3600.00 (pessoa física) e 80.10.12.363.3019.2416.3390.470

0.00 (INSS Patronal)

NOTA DE EMPENHO Nº 333/2021

O presente tem por objeto a contratação, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02 combinado com o artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8666/1993, do contratado(a) acima qualificado para prestar serviços para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, mediante a apresentação das Oficinas Modulares nas temáticas Habilidades e Comunicação para o Sucesso Profissional e Currículo e Processo Seletivo direcionada, de acordo com a proposta apresentada e classificada por ocasião do credenciamento que precede este contrato e do respectivo Edital e seus Anexos, que dele ficam fazendo parte integrante para todos os fins e independentemente de transcrição.

A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses com data de início a contar do dia 05 de outubro de 2021. A extinção do contrato se dará a partir do cumprimento deste período ou execução total do empenho, o que se der primeiro.

O valor estimado do presente Contrato é de R$ 22.275,00 (vinte e dois mil duzentos e setenta e cinco reais), referente a carga horária estimada de 495 horas (135 horas no exercício 2021 e 360 horas no exercício 2022) considerando que o (a) Contratado(a) receberá o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), por hora de oficina efetivamente realizada, totalizando até 12 (doze) horas por semana.

Data de Assinatura do contrato: 05 de outubro de 2021.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO - Nº**

**005/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 8110.2021/0000627-1

ORIGEM: EDITAL Nº 02/2020

CONTRATANTE: Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura

CONTRATADO(A): Regina Vieira de Souza Pires

OBJETO: Oficina Modular de Qualificação Profissional na temática de Habilidades e Comunicação para o Sucesso Profissional e Currículo e Processo Seletivo.

VALOR: R$ 45,00 por hora/aula.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.10.12.363.3019.2416.339

0.3600.00 (pessoa física) e 80.10.12.363.3019.2416.3390.470

0.00 (INSS Patronal)

NOTA DE EMPENHO Nº 334/2021

O presente tem por objeto a contratação, com fundamento no artigo 1º da Lei Municipal nº 13.278/02 combinado com o artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8666/1993, do contratado(a) acima qualificado para prestar serviços para a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, mediante a apresentação das Oficinas Modulares nas temáticas Habilidades e Comunicação para o Sucesso Profissional e Currículo e Processo Seletivo direcionada, de acordo com a proposta apresentada e classificada por ocasião do credenciamento que precede estecontrato e do respectivo Edital e seus Anexos, que dele ficamfazendo parte integrante para todos os fins e independentemente de transcrição.

A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses com data de início a contar do dia 05 de outubro de 2021. A extinção do contrato se dará a partir do cumprimento deste período ou execução total do empenho, o que se der primeiro.

O valor estimado do presente Contrato é de R$ 22.275,00 (vinte e dois mil duzentos e setenta e cinco reais), referente a carga horária estimada de 495 horas (135 horas no exercício 2021 e 360 horas no exercício 2022) considerando que o (a) Contratado(a) receberá o valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), por hora de oficina efetivamente realizada, totalizando até 12 (doze) horas por semana.

Data de Assinatura do contrato: 05 de outubro de 2021.

**LICITAÇÕES PAG. 76**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**EXTRATO DO 8º TERMO DE ADITAMENTO**

**6064.2017/0000338-6**

CONTRATO: 021/2017/SMTE

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO / SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO - CNPJ 04.537.740/0001-12

CONTRATADA: Jumper Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli - EPP – CNPJ 26.886.266/0001-77

OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogação Contratual, pelo período de 11/10/2021 a 11/10/2022, conforme despacho retificação autorizatório publicado no DOC/SP de 24/09/21 - pág.46.

Vigência: 12 (doze) meses, com cláusula resolutiva.

Valor mensal: R$ 93.369,00 (noventa e três mil, trezentos e sessenta e nove reais)

Valor total: R$ 1.120.428,00 (um milhão, cento e vinte mil, quatrocentos e vinte e oito reais)

Dotação orçamentária: 30.10.08.605.3016.8103.339039 00.00

Signatários: Adam Duarte Rodrigues Machado, pela JumperSegurança e Vigilância Patrimonial Eireli – EPP, em 01/10/2021 e Armando de Almeida Pinto Júnior, pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em 04/10/2021.

**DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2021/00001321-4**

I - À vista dos elementos contidos no presente SEI n.

6064.2021/0001321-4, nos termos do inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e alterações c/c Lei Municipal 13.278/02, Decreto 44.279/03 e Decreto 54.102/2013, com os valores atualizados pelo Decreto Federal 9.412/2018, diante do resultado da Cotação Eletrônica (doc. 052781183 e 052781256) e em especial as manifestações da Supervisão de Administração, Supervisão de Execução Orçamentária e Financeira, Supervisão de Compras, Convênio e Parceria e da Assessoria Jurídica desta Pasta, **AUTORIZO**, com base na delegação de competência promovida pela Portaria nº 38/2013 - SDTE, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP,** inscrita no CNPJ sob nº 62.577.929/0001-35, para o fornecimento de Certificado

Digital do para Pessoa Jurídica, tipo A3, com validade de 12 meses, com dispositivo criptográfico- A3 Kit leitora, sendo 01 (um) certificado Tipo A3 e-CPF incluindo kit leitora e cartão pelo valor de R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) e 01 (um) certificado tipo A3 e-CPF-cartão, pelo valor de R$ 138,75 (cento e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), perfazendo o total de R$ 303,75 (trezentos e três reais e setenta e cinco centavos).

II - AUTORIZO, em consequência, a emissão da competente Nota de Empenho, no valor total da despesa, onerando a dotação n. 30.10.11.126.3011.2.818.33904000.00, do orçamento vigente, cujo anexo fará as vezes de contrato.

III – Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, bem como do Decreto Municipal n. 54.873/2014, DESIGNO como fiscal titular o servidor Arhão Henrique Ramos da Silva, RF 842.981.2 e fiscal suplente o servidor Marcos Aparecido da Costa Junior, RF 784.354-2 e a gestão do contrato a cargo da Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias.

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Presidente: Conselheiro João Antônio**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

**PORTARIA EXPEDIDA PELO PRESIDENTE**

**PORTARIA Nº 496/2021**

JOÃO ANTONIO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o decidido no e-TCM 14430/2021,

RESOLVE:

EXCLUIR PEDRO LUÍS DE VASCONCELOS OLIVEIRA, registro TC nº 20.268, do Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate ao Covid-19, instituído pela Portaria nº 185/2020, alterada pelas Portarias nº 232/2020, 276/2020 e 118/2021.

a)JOÃO ANTONIO - Presidente

PORTARIAS DA SUBSECRETARIA

ADMINISTRATIVA

**PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SUBSECRETÁRIO ADMINISTRATIVO**

Port. 491/2021 – Designando Gardênia Oliveira dos Santos

Nunes, reg. TC 1.563, para substituir Cláudio Mosquetti Filho no cargo de Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTCC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, por motivo de férias, a partir de 7.10.2021.

Port. 493/2021 – Designando Rui de Carvalho Benedito, reg. TC 1.630, para substituir Elio Esteves Junior no cargo de Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTCC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 14.916/2009, por estar substituindo em outro cargo, a partir de 29.9.2021.

Port. 494/2021 – Designando Rosana Marangoni Gonçalves, reg. func. 643.213, para substituir Priscila Rodrigues de Lima no cargo de Assessor de Gabinete I, vencimento básico QTCC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 14.916/2009, por motivo de férias, a partir de 13.10.2021.

Port. 495/2021 – Designando Suzana Mergulhão de Oliveira, reg. func. 604.099, para substituir Marcelo Veiga no cargo de Assessor Especial da Presidência, vencimento básico QTCC-05, constante do Anexo I da Lei 13.877/2004, alterado pela Lei 14.916/2009, por motivo de férias, a partir de 18.10.2021.

ATA EXTRATO DE SESSÃO PLENÁRIA

**ATA DA 3.166ª SESSÃO ORDINÁRIA DO**

**TRIBUNAL PLENO**

Aos quatro dias do mês de agosto de 2021, às 10h05, realizou-se a 3.166ª sessão (ordinária) de julgamento presencial por sistema eletrônico de videoconferência do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com fulcro na Resolução 06/2020 e respaldo no Decreto Municipal 59.283, de 16 de março de 2020, sob a presidência do Conselheiro João Antonio, participando os Conselheiros Roberto Braguim, Vice-Presidente, Maurício Faria, Domingos Dissei e Eduardo Tuma, Corregedor, o Secretário-Geral Ricardo E. L. O. Panato, a Subsecretária-Geral Roseli de Morais Chaves e o Procurador-Chefe da Fazenda Robinson Sakiyama Barreirinhas.

Havendo número legal, a Presidência declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Dispensada a leitura e entregues cópias, previamente, aos Conselheiros, foi posto em discussão o extrato da ata da 24ª Sessão de Julgamento Não Presencial, cujo resultado fica nesta sessão proclamado (v. publ. DOC de 05/08/2021 págs. 106-107), o qual foi aprovado, assinado e encaminhado à publicação.

A seguir, foram submetidas à apreciação do Plenário as seguintes matérias: e-TCM/008573/2021 – Conselheiro Presidente João Antonio – Proposta de emissão de alerta à Prefeitura Municipal de São Paulo, nos termos do artigo 7º da Resolução 18/2019 cc o artigo 31 do Regimento Interno, quanto à necessidade de cumprimento da legislação específica que estabelece tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras (Lei Complementar Federal 123/2006 e Decreto Municipal 56.475/2015, com remessa de ofício à Prefeitura e à Câmara Municipal, em resposta ao Ofício SGP12 176/2021.

Foram referendadas as medidas determinadas pelo Conselheiro

Presidente João Antonio.

3) **TC/002997/2011** – **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho** (atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – SMDET) e Associação para Valorização e Promoção de Pessoas com

Deficiência – Contrato 16/2010/Smdet R$ 3.255.000,00 – TAs

001/2011/Smdet, 002/2011/Smdet e 003/2011/Smdet –

Prestação de serviços para a execução de cursos de qualificação social e profissional no âmbito do Programa Nacional de

Inclusão de Jovens – Pro jovem: Jovem Trabalhador – Juventude

Cidadã, instituído pelo Governo Federal, para atender 2.000 pessoas na faixa etária de 18 até 29 anos em situação de desemprego, com renda per capita de até um salário mínimo, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio, ficando impedidos aqueles que estejam cursando ou concluído o ensino superior, no Município de São Paulo 4) TC/002211/2010 – Coletivo Ação Popular/PauloDuarte – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – SMDET) – Denúncia sobre eventual contratação de cinco entidades sem o devido procedimento licitatório para a execução de cursos de qualificação social e profissional no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pro jovem: Jovem Trabalhador – Juventude Cidadã, instituído pelo Governo Federal.

Resultado: Por maioria, são julgados regulares o Termo de Contrato 16/2010/Smdet e os Termos Aditivos 001/2011/Smdet, 002/2011/Smdet e 003/2011/Smdet, e são relevadas as irregularidades formais constatadas. É determinado à Origem que, em casos futuros, promova a junção ao processo administrativo dos comprovantes da situação de regularidade das contratadas exigidos pela legislação aplicável, nos termos do voto do Relator. Por unanimidade, é conhecida a representação, em homenagem ao direito de petição garantido pela Constituição Federal. No mérito, por maioria, é julgada improcedente, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Roberto Braguim, que, com declaração de voto, deu-lhe provimento parcial, no sentido da irregularidade da contratação da Associação Para Valorização De Pessoas com Deficiência – AVAPE e seus aditivos 01, 02 e 03. É determinada a expedição de ofício aos interessados e ao ex-Vereador Gilberto Natalini, acompanhado de cópia do Acórdão, em atenção ao ofício de fl. 443 do processo TC/002997/2011.